

1 **ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2019 DO COMITÊ DA BACIA**  
2 **HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES MINEIROS DOS RIOS MOGI-GUAÇU E PARDO**  
3 **(GD6), REALIZADA NO DIA 22 DE AGOSTO DE 2019, NA CIDADE CALDAS.**  
4

5 No vigésimo segundo dia 22 de agosto de dois mil e dezenove, quinta-feira, as 10:00 h.,  
6 no **Grand Hotel Pocinhos do Rio Verde**, foi realizada a 4ª reunião ordinária do ano de  
7 2019 do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Mogi-Guaçu e  
8 Pardo (CBH Mogi/Pardo - GD6). Na reunião estiveram presentes 29 (vinte e nove)  
9 membros, representando 28 (vinte e oito) Instituições, havendo quórum para a realização  
10 da mesma e também para deliberações. **Estiveram presentes os membros da**  
11 **Diretoria: Presidente Interino Flávio Florentino Bocoli, Vice-Presidente Juvenal**  
12 **Nogueira Marques e Secretária Executiva Maria Teresa Mariano (Pontifícia**  
13 **Universidade Católica - PUC Minas Poços de Caldas); e os Conselheiros: Newton**  
14 **Eleutério Ramos (Polícia Militar de Minas Gerais - PMMG), Alexandre César Nunes**  
15 **Teixeira (Polícia Militar de Minas Gerais - PMMG), José Jorge Pereira (Instituto**  
16 **Mineiro de Águas - IGAM), Gustavo Henrique Magalhães Manzoli (Polícia Civil de**  
17 **Minas Gerais – PCMG), Renato Pan (Instituto Estadual de Florestas - IEF), Juvenal**  
18 **Nogueira Marques (Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento**  
19 **Sustentável - SEMAD), Antônio Carlos Ferreira de Carvalho (Prefeitura Municipal de**  
20 **Bandeira do Sul), Claudinéa de Carvalho Barbosa (Prefeitura Municipal de Ipuiuna),**  
21 **Alessandro Aparecido da Silva (Prefeitura Municipal de Bueno Brandão), Paulo**  
22 **Roberto Pinheiro (Prefeitura Municipal de Caldas), Antônio Carlos Alvisi (Prefeitura**  
23 **Municipal de Poços de Caldas), Claudio Junior Araújo (Prefeitura Municipal de**  
24 **Andradas), Rafaela Macedo Soares (Prefeitura Municipal de Guaxupé), Flávio**  
25 **Florentino Bocoli (Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA), Rafael**  
26 **Rodrigues Clepf (Departamento Municipal de Água e Esgoto de Ouro Fino - DMAAE**  
27 **Ouro Fino), Carlos Humberto Bueno de Albuquerque (DMAAE Ouro Fino), Fábio**  
28 **Augusto Zinconne (DME Energética S.A. - DME), Ivo Aparecido Paparotte (Indústria e**  
29 **Cerâmica Andradense S.A - ICASA), Laene Fonseca Vilas Boas (Federação das**  
30 **Indústrias do Estado de Minas Gerais - FIEMG), Luiz Renato Musa Machado**  
31 **(Associação dos Mineradores do Planalto de Poços de Caldas - ASMIPC), Rogério**  
32 **Araújo Dias ( Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento -**  
33 **ASSEMAE), José Augusto Negri (Agência Regional de Proteção Ambiental da Bacia**  
34 **do Rio Grande - ARPA Rio Grande), Fábio Lúcio Antunes Guedes (ONG Planeta**  
35 **Solidário), Maria Teresa Mariano (PUC Minas Poços de Caldas), Ângela Maria**  
36 **Martins Marques dos Santos (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de**  
37 **Minas Gerais – CREA-MG), Valnei José de Melo (Nascentes do Alto do Rio Pardo e**  
38 **seus afluentes – NARP), Sebastião Marques Vilela (Instituto Federal do Sul de Minas**  
39 **– Campus Muzambinho). Convidados: Bruno Zucaneli (Diretor DMAAE Ouro Fino),**  
40 **Bruno Elias Bernardes (Aliança em prol da APA da Pedra Branca). Item 1. Abertura**  
41 **da reunião:** A reunião foi aberta pelo Presidente, o qual agradeceu a presença de todos  
42 ali presentes. **Item 2. Execução do Hino Nacional:** A Secretária Executiva, Sra Maria  
43 Teresa Mariano, agradeceu a presença de todos e convidou- os a cantarem o Hino  
44 Nacional do Brasil, bem como o Hino do Município de Caldas. **Item 3. Apresentação**  
45 **Comissão de Acompanhamento da INB-Caldas:** Foi dada a palavra ao Senhor  
46 Fernando Teixeira (INB-Caldas) o qual relatou que foi feito um simulado de mesa, no qual  
47 participaram os seguintes órgãos: Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais –

48 CBMMG, Defesa Civil e Demutran de Poços de Caldas, Prefeitura Municipal de Caldas,  
49 IBAMA e CNEN. Estão sendo confeccionadas placas, folders que deverão ser entregues a  
50 população que está próxima a zona de risco em caso de rompimento. A simulação externa  
51 está prevista para o dia 17 (dezessete) de setembro deste ano. O conselheiro Paulo  
52 Pinheiro (Prefeitura de Caldas) disse que gostaria de saber como está o processo de  
53 descomissionamento, visto que a empresa Boni a pouco tempo teve um licenciamento, e  
54 também houve uma licitação no qual a empresa Paulino ganhou para fazer o tratamento  
55 dos rejeitos. Senhor Fernando Teixeira (INB-Caldas) respondeu dizendo que na verdade  
56 existe o PAE- Plano de Ação de Emergência e nele estão descritos ações voltadas ao  
57 descomissionamento, cujo processo envolve altos custos e as ações são demoradas,  
58 devido as suas complexidades. A conselheira Senhora Ângela (CREA-MG) fez o uso da  
59 palavra e destacou a importância de termos conhecimento da cadeia de órgãos  
60 envolvidos no licenciamento da INB-Caldas, e isto seria relevante para sabermos a quem  
61 nos reportar quando necessário. Os ofícios propostos devem ser encaminhados à  
62 Comissão de Acompanhamento da INB-Caldas, e referente aos questionamentos que  
63 seriam inseridos neste ofício, realmente existe um documento específico com relação a  
64 segurança da estrutura das barragens, no qual é necessário a apresentação do A.R.T. A  
65 mesma também fez uma sugestão ao presidente de enviar convites aos comitês paulistas,  
66 que abrangem os rios mogi-guaçu e pardo para participarem das nossas reuniões. A  
67 secretária executiva Maria Teresa, fez o uso da palavra e colocou em votação a  
68 elaboração e envio de ofício à INB-Caldas, destacando que o ofício deveria ser claro e  
69 objetivo. O ofício foi aprovado pela maioria com uma abstenção de voto, feita pelo  
70 conselheiro José Jorge do IGAM, que alegou que a abstenção se deve ao fato dele não  
71 estar por dentro dos assuntos discutidos no comitê, visto que o mesmo é novo no comitê,  
72 sendo está a primeira reunião que o mesmo participa. O Senhor José Jorge (IGAM) fez  
73 um questionamento a conselheira Ângela representante do CREA-MG, perguntando se o  
74 CREA-MG fiscaliza os trabalhos dos seus membros, ressaltando que o mesmo como  
75 analista do IGAM tem vários problemas com a capacidade técnica de alguns profissionais,  
76 alegou que se o CREA-MG ainda não tem esse posicionamento, deveria ter. A Senhora  
77 Ângela (CREA-MG) disse que o CREA-MG fiscaliza se o técnico, formado em  
78 determinada universidade/faculdade tem capacidade técnica para aquilo que está  
79 realizando, porém não existe a análise do mérito desses profissionais, ficando a cargo dos  
80 contratantes afirmarem se o trabalho realizado pelo profissional está de acordo ou não.  
81 Porém se ocorrer um acidente, o CREA-MG entrará com um processo para avaliação da  
82 conduta desse profissional. A mesma ressaltou que nem o CREA-MG e ela acredita que  
83 nenhum conselho investigue o mérito do profissional, mas sim se o mesmo tem atribuição  
84 para determinada atividade, e o próprio profissional responde por meio da sua atribuição  
85 técnica, que no caso dos engenheiros seria a A.R.T. O Senhor Valnei (NARP) fez o uso da  
86 palavra e solicitou ao senhor Fernando Teixeira (INB-Caldas) uma informação mais  
87 concreta sobre o que foi feito com relação ao acidente ocorrido com o extravasor.  
88 Perguntou se existe um documento conclusivo assinado pela empresa que executou as  
89 obras, pela CNEN, pela INB e pelo MPF; seria um documento assegurando que foi  
90 concluído as intervenções e que a estrutura está segura. O senhor Fernando Teixeira  
91 (INB-Caldas) disse que existe um documento na empresa que elaborou os projetos e  
92 executou as obras, no qual ela garante as obras e que assegura que os problemas com o  
93 extravasor foram sanados. O senhor Valnei (NARP) questionou se existe algum  
94 documento emitido pela CNEN e pelo o MPF e o mesmo respondeu que não tem  
95 conhecimento sobre. **Item 4. Proibição das viagens da Auxiliar Administrativo:** Foi  
96 levada a plenária o assunto referente a proibição das viagens do auxiliar administrativo  
97 imposta pelo IGAM, no qual a Secretária Executiva Maria Teresa disse que o auxiliar  
98 administrativo é de extrema importância na organização das reuniões, desde o envio de  
99 documentos, como as convocações, na confirmação da presença dos membros, bem

100 como durante a reunião, pois a maioria das reuniões desse comitê são itinerantes e é de  
101 extrema importância a presença do auxiliar administrativo para prestar todo apoio na  
102 execução da mesma, atuando na gravação da reunião e anotação para a confecção da  
103 ata, na passagem e conferência da lista de presença, dentre outras funções, sendo  
104 inviável tal proibição. A mesma alegou que não existe custo para o estado, visto que a  
105 auxiliar administrativo vai as reuniões juntamente com os demais conselheiros que à  
106 oferecem carona. **Item 5. Aliança em prol da APA da Pedra Branca :** Foi dada a palavra  
107 ao senhor Bruno representante da Aliança em prol da APA da Pedra Branca, o mesmo  
108 agradeceu a oportunidade e elogiou o comitê quanto a reunião ser realizada no município  
109 de Caldas, e sugeriu que o mesmo abrisse espaço em suas reuniões às instituições que  
110 trabalham em prol da sociedade local, realizando trabalhando no âmbito de proteção das  
111 águas e do meio ambiente. O mesmo fez uma caracterização do local, ressaltando a sua  
112 importância com relação aos recursos hídricos, sendo que o local é uma área de recarga,  
113 sendo muito relevante para a bacia. Destacou que esta área está possui uma unidade de  
114 conservação, porém infelizmente não é uma área de proteção integral, mas sim uma área  
115 de uso sustentável, uma APA, que, portanto é permitida a exploração de seus recursos de  
116 forma controlada. Essa unidade foi criada em 2006 por iniciativa de um vereador, visto  
117 que a comunidade de Caldas é muito envolvida com as questões ambientais dentro do  
118 município, e esta área é muito rica, possuindo espécies endêmicas. Destacou que o  
119 município apresentou alguns conflitos socioambientais que envolviam as questões  
120 referentes à mineração de granito dentro do município, que da forma que ocorre tem  
121 afetado o abastecimento de água, devido à alterações no sistema de recarga. Devido a  
122 esses fatores é que foi criada a Aliança, no qual envolve a sociedade civil, possuindo  
123 cerca de dez entidades associadas. Com relação a INB-Caldas o mesmo disse que a  
124 comunidade já tem uma certa preocupação a bastante tempo, devido a falta de  
125 informações/dados relacionados a real situação da empresa. A Secretária Executiva Maria  
126 Teresa disse que com relação a inclusão da fala de ONGs locais na pauta, não teria  
127 problema nenhum, que no caso as interessados devem manifestar o interesse por meio  
128 de ofício endereçado ao Comitê. **Item 6. Apresentação da APRIMOFF de Ouro Fino:** A  
129 Vereadora de Ouro Fino, Senhora Rosângela Tonon fez o uso da palavra, para apresentar  
130 a ONG APRIMOFF o qual realiza trabalhos em prol da proteção do Rio Mogi-Guaçu e e  
131 aproveitou a oportunidade para pedir que o comitê colocasse em pauta a elaboração de  
132 um ofício solicitando a construção de uma escada de piracema na cachoeira de  
133 Jacutinga, devido ao desaparecimento do peixe dourado no município de Ouro Fino. A  
134 Secretária Executiva Maria Teresa disse que isto não cabe ao comitê, porém eles podem  
135 enviar uma solicitação pedindo a apoio neste caso, através da câmara dos vereadores. O  
136 presidente da APRIMOFF senhor Ari, fez o uso da palavra e disse que a mesma foi  
137 criada em 2014 e a partir daí vem desenvolvendo diversas ações com ênfase na proteção  
138 do rio mogi-guaçu, atuando não somente no município de Ouro Fino. Os mesmos  
139 realizaram o plantio de mudas na cabeceira do rio, a proteção das nascentes, por meio de  
140 cercamento, realizaram o mapeamento de parte do rio, no qual os membros utilizaram  
141 remos e percorreram cerca de 80 km de extensão, dentre outras ações. O mesmo  
142 informou que o problema mais sério que eles têm é com relação à barragem de Jacutinga.  
143 A Vereadora de Ouro Fino, Senhora Rosângela Tonon fez o uso da palavra para divulgar  
144 um evento que irá ocorrer no dia 2 (dois) de novembro na Ponte Preta em Ouro Fino,  
145 intitulado de Peixamento. No qual os caiaqueiros que realizam a limpeza do rio, irão soltar  
146 algumas espécies de peixe. Os mesmos estão com uma ação chamada adote um peixe e  
147 também estão rifando um caiaque. **Item 7. Discussão à respeito da Deliberação  
148 Conjunta CBHs Mineiros Bacia do Rio Grande nº 02 2018 "Ad referendum":** A  
149 Secretária Executiva Maria Teresa disse que tem algumas ressalvas quanto ao uso da  
150 cobrança pelo uso da água, sem que a mesma esteja vinculada ao uso dos demais  
151 instrumentos de gestão pré-estabelecidos pela lei de gestão das águas, por que caso

152 contrário passará a ser mais uma forma de arrecadação de dinheiro sem estar vinculada a  
153 gestão das águas. A conselheira Ângela (CREA-MG) disse que está por fora desse  
154 assunto, pois não temos cadastro e, portanto não tem como ter cobrança. A mesma  
155 indagou quem seria a agência responsável pela cobrança, e ressaltou que não está apta  
156 a discutir esse ponto de pauta. A Secretária Executiva Maria Teresa disse que o IGAM na  
157 verdade solicitou a aprovação do prazo de vigência a comissão de cobrança. A  
158 conselheira Ângela (CREA-MG) disse que tem uma preocupação com relação a  
159 cobrança, pois de quem será cobrado e quanto será cobrado, este comitê que deverá  
160 decidir quanto a cobrança, tudo deve ser resolvido no âmbito do comitê. A mesma disse  
161 que cobrança que é um instrumento que deverá estar alinhado com outros como o nosso  
162 plano diretor, que foi feito e aprovado em 2010 (dois mil e dez) e que ainda não foi  
163 realizada uma ação sequer, pelo órgão gestor, que neste caso é o IGAM. A cobrança  
164 deveria ser uma das últimas ações devido a sua complexidade. O conselheiro José Jorge  
165 (IGAM) disse que a cobrança seria destinada aos usuários que possuem outorgas de uso  
166 significativa, pois a mesma seria inviável nos casos de uso insignificantes. O mesmo  
167 explicou os parâmetros para definição do valor a ser cobrado e também destacou os  
168 pontos positivos inerentes a inserção da cobrança dentro da bacia. A Secretária Executiva  
169 Maria Teresa levantou a necessidade de substituição do senhor Murilo no GT Cobrança  
170 devido ao mesmo não fazer mais parte do comitê. O conselheiro Fábio Zincone (DME) foi  
171 o único que manifestou interesse. A plenária aprovou a participação do mesmo, sendo  
172 que a substituição deveria ser realizada mediante ofício a ser enviado ao IGAM. O  
173 conselheiro Paulo Pinheiro (Prefeitura de Caldas) disse que durante uma reunião do GT  
174 Cobrança o qual o mesmo participou foram levantados alguns questionamentos, como a  
175 necessidade da apresentação do cadastro dos usuários, que deveria ser feita pelo IGAM,  
176 essa apresentação ficou de ser realizada na próxima reunião, no qual deve ser discutido  
177 sobre a fórmula e o mesmo acredita que esses estudos não devem ser concluídos em  
178 Dezembro, como está previsto no ofício enviado pelo IGAM. O Vice-Presidente Juvenal  
179 Marques fez o uso da palavra dizendo que concorda com os pontos destacados pela  
180 secretária executiva e destacou que a gestão do recurso proveniente da cobrança será da  
181 agência vinculada ao Comitê. Disse que esteve presente na reunião do fórum mineiro em  
182 Patrocínio e destacou que existem vários comitês nos quais a cobrança já foi  
183 implementada, sendo que os valores arrecadados são utilizados em projetos  
184 desenvolvidos por eles, juntamente com a comunidade local. Destacou também sobre a  
185 remodelagem proposta pelo IGAM, e que a mesma vai de encontro à esse assunto, e  
186 disse que o IGAM levará a proposta de remodelagem à discussão pública. Disse também,  
187 que deveria ser levado em conta que o recurso produzido pela bacia deveria ser gasto  
188 dentro da bacia. Ressaltou também que já existem estudos suficientes dentro das  
189 universidades para subsidiar ações básicas dentro da bacia. A conselheira Laene  
190 (FIEMG) disse que cada afluente tem dois representantes dentro do GT Cobrança, e que  
191 o assunto da cobrança começou a ser discutido com intuito de fomentar discussões  
192 dentro dos comitês, para que os mesmos comecem a suscitar discussões a respeito,  
193 como por exemplo, o levantamento do cadastro de usuários. Portanto no GT Cobrança  
194 são discutidos assuntos inerentes à cobrança como, por exemplo, a fórmula da cobrança;  
195 mas o intuito principal seria o de trazer essas discussões por meio dos representantes  
196 para dentro dos comitês. Mas quem irá decidir se irá ter ou não a cobrança, bem como os  
197 valores, será o próprio comitê. A conselheira Ângela (CREA-MG) disse que foram feitos  
198 alguns exercícios logo depois do plano diretor, no qual eles realizaram uma simulação  
199 com o número dos usuários cadastrados e foi verificado que o comitê não teria como  
200 manter a agência, pois os valores que seriam arrecadados seriam insuficientes. Portanto  
201 a mesma disse que o mais importante é ter dados, para verificação da viabilidade da  
202 implantação da mesma. **Item 8. Comunicado de nova eleição para Presidente:** O  
203 Presidente, Senhor Flávio Bocoli, fez o uso da palavra para comunicar que deixará o

204 cargo de presidente, devido a incompatibilidade de agenda, dentre outros fatores, e disse  
205 que na próxima reunião ordinária será realizada a eleição para votação do novo  
206 presidente deste comitê. **Item 9. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar a 3º  
207 Reunião Ordinária do CBH Mogi/Pardo (GD6) foi encerrada as 13:00.

---

Maria Teresa Mariano  
Secretaria Executiva do CBH Mogi/Pardo